

HABEAS CORPUS Nº 548.691 - SP (2019/0357205-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CONRADO DE SOUZA FRANCO
ADVOGADO : CONRADO DE SOUZA FRANCO - SP247620
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL CARDOSO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GABRIEL CARDOSO DA SILVA, apontando como autoridade coatora a 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0000134-41.2018.8.26.0246.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 9 (nove) anos, 3 (três) meses e 4 (quatro) dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no 33 da Lei 11.343/2006.

Irresignados, a defesa e o Ministério Público apelaram, tendo o recurso do réu sido parcialmente provido para redimensionar a reprimenda que lhe foi cominada para 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, oportunidade em que se determinou a expedição de mandado de prisão após o esgotamento das vias ordinárias.

Contra tal decisão, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados, corrigindo-se, de ofício, o nome do acusado constante do relatório e do dispositivo do acórdão.

Sob o argumento de que a prisão do acusado antes do trânsito em julgado seria ilegal, a defesa impetrou neste Superior Tribunal de Justiça o HC n. 533.426/SP, cuja ordem foi concedida para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente até o esgotamento da jurisdição ordinária.

Sustenta o impetrante que a autoridade impetrada teria certificado o trânsito em julgado da condenação antes do julgamento dos segundos aclaratórios opostos pela defesa, desrespeitando a decisão proferida por este Sodalício no HC n. 533.426/SP.

Alega que, diante da certificação do trânsito em julgado do édito repressivo, o magistrado singular determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor do réu, o que seria ilegal.

Requer a concessão da ordem para que seja anulada.

A liminar foi indeferida, nos termos da decisão de fls. 63/64.

Prestadas as informações (e-STJ fls. 70/71), o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 128/130, manifestou-se pela concessão da ordem para que seja dado cumprimento à decisão proferida no HC n. 533.426/SP, anulando-se a certidão de trânsito em julgado da condenação, julgando-se os aclaratórios opostos pela defesa e devolvendo-se o prazo recursal ao paciente.

É o relatório.

No julgamento do HC n. 533.426/SP, este Relator concedeu a ordem de ofício para "*suspender a execução provisória da pena imposta a GABRIEL CARDOSO DA SILVA, determinada no acórdão da Apelação Criminal n. 0000134-41.2018.8.26.0246, até o esgotamento da jurisdição ordinária*" (e-STJ fl. 248

Superior Tribunal de Justiça

do HC n. 533.426/SP).

Ocorre que, a despeito da oposição de novos embargos de declaração contra o acórdão proferido no julgamento do recurso de apelação, a autoridade impetrada certificou o trânsito em julgado do édito repressivo sem apreciar o referido recurso, o que ensejou a baixa dos autos para a execução definitiva da pena.

Quanto ao ponto, é imperioso destacar que, consoante consignado pelo Ministério Público Federal, não obstante a Corte de origem tenha informado em 19.12.2019 que, "*verificada a pendência do julgamento dos embargos declaratórios, foi solicitada, nesta data, ao Juízo de origem a devolução do feito para apreciação*" (e-STJ fls. 70/71), em consulta à página eletrônica verificou-se que, até a presente data, não houve qualquer movimentação do processo, tanto para anular a certificação do trânsito em julgado e o decreto prisional, quanto para julgar os embargos de declaração tempestivamente opostos pela defesa, o que revela o constrangimento ilegal a que está submetido o paciente.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **concede-se a ordem** para anular a certificação do trânsito em julgado da condenação, determinando-se que a Corte de origem aprecie os novos embargos de declaração opostos pela defesa, e expedindo-se alvará de soltura em favor do paciente.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator